

# MIGRAÇÃO, TRABALHO E USO DO TERRITÓRIO: CONTRIBUIÇÃO PARA A RECOMPOSIÇÃO DE UMA GEOGRAFIA HISTÓRICA DE LOCALIDADES SUL-MINEIRAS NO PERÍODO TÉCNICO

*Migration, work and use of territory: contribution to the recomposition of a historical geography of southern minas places in the technical period*

**Gil Carlos Silveira Porto**

Docente de graduação e mestrado na UNIFAL-MG, Brasil

[gil.porto@unifal-mg.edu.br](mailto:gil.porto@unifal-mg.edu.br)

**Flávia Vieira Lourenço**

Graduada e Mestranda em Geografia na UNIFAL-MG, Brasil

[flavia.lourenco@sou.unifal-mg.edu.br](mailto:flavia.lourenco@sou.unifal-mg.edu.br)

**Leandro Henrique Cunha Fermino**

Graduado e Mestrando em Geografia na UNIFAL-MG, Brasil

[leandro.fermino@sou.unifal-mg.edu.br](mailto:leandro.fermino@sou.unifal-mg.edu.br)

Recebido: 01.08.2023

Aceito: 04.09.2023

## Resumo

O estudo da formação socioespacial brasileira envolve a análise de usos passados e presentes do território nacional. Com base nesta ideia, construiu-se o presente ensaio objetivando situar a migração e a divisão social do trabalho no processo de formação territorial de Alfenas, Itajubá, Poços de Caldas, Pouso Alegre e Varginha no decênio de 1870. Para alcançar os objetivos propostos foram feitas revisão da literatura e consulta ao recenseamento de 1872. Foram identificados 440 imigrantes estrangeiros e 1193 migrantes internos vivendo nessas localidades. Entre as questões referentes ao trabalho, identificou-se que havia ali pessoas escravizadas e uma divisão sexual do trabalho bastante evidente, onde o trabalho das mulheres era predominantemente voltado para o cuidado do lar e do bem-estar, enquanto o dos homens era braçal ou demandava maior instrução formal.

**Palavras-chave:** Geografia Histórica, Formação socioespacial, Sul de Minas, Imigração, Atividades produtivas.

## Abstract

The study of Brazilian socio-spatial training implies the analysis of past and present uses of the national territory. Based on this idea, the present essay was built with the aim of situating migration and the social division of labor in the process of territorial formation in Alfenas, Itajubá, Poços de Caldas, Pouso Alegre and Varginha in the 1870s. It was performed a literature review and the 1872 census was consulted. A total of 440 foreign immigrants and 1,193 internal immigrants residing in these localities were identified. Among the themes

---

related to the work, it was identified that there were enslaved people there, and a very evident sexual division of work, where women's work was predominantly focused on home care and well-being, while men were manual labor which required more formal education.

**Keywords:** Historical geography, Socio-spatial training, South of Minas, Immigration, Productive activities.

---

## 1. INTRODUÇÃO

A migração e a divisão social do trabalho são processos que marcaram a formação territorial de localidades sul-mineiras nas últimas décadas do século XIX. Esses eventos, por sua vez, são interpretados como reflexo e condição da formação da província de Minas Gerais e da formação socioespacial brasileira.

De uma maneira geral o século XVIII e de forma especial as suas últimas três décadas foram marcados por acontecimentos que repercutiram social, política e economicamente na formação territorial brasileira. Entre esses eventos citamos o fim da escravidão (1888), a instauração da República (1889) e a realização do primeiro recenseamento (1872). Este último, embora não se configure como fato político ou econômico em si, pode ser interpretado como evento social, uma vez que indica o desejo de determinados segmentos da sociedade brasileira de modernizá-la.

Como acontecimentos de peso, que também vão marcar a formação da sociedade brasileira nesse período, podem ser citados a chegada de imigrantes internacionais e os conflitos desencadeados pelo desejo de pôr fim à escravidão. A chegada de imigrantes estava vinculada às transformações advindas do modo capitalista tanto nas sociedades de origem como na brasileira, bem como ao desejo de branqueamento da sociedade nacional. Já o fim da escravidão, embora configurasse um desejo de muitos escravizados e escravizadas, pode também ser interpretado pelo projeto de inclusão desse extrato populacional no sistema de produção e consumo modernos.

É nesse contexto que a divisão social do trabalho e seus arranjos produtivos foram traçados com um perfil específico nas localidades sul-mineiras, embora estivessem refletindo a produção econômica mineira e brasileira. Para Marx (1985), a divisão social do trabalho é um tipo de estímulo à cooperação como forma de trabalho em que trabalhadores, juntamente com um plano, estão conectados a um processo de produção, no qual os trabalhadores que vendem a sua força de trabalho não usufruem daquilo que produzem.

Esse processo e suas características mais específicas identificadas nas últimas décadas do Oitocentos estavam ligados ao desenvolvimento técnico do momento, tanto das técnicas em formações socioespaciais europeias quanto daqueles presentes em

recortes espaciais do Brasil de então. A realização do primeiro recenseamento e a chegada dos trilhos ao Brasil, a Minas e ao Sul de Minas se configuram como uma dimensão desse desenvolvimento técnico.

O presente escrito<sup>4</sup> tem como objetivo discorrer sobre as influências dos processos migratórios e da divisão social do trabalho no processo de formação de localidades sul-mineiras, mais especificamente dos municípios de Alfenas, Itajubá, Poços de Caldas<sup>5</sup>, Pouso Alegre e Varginha<sup>6</sup>, a partir do recenseamento de 1872.

A partir desse recenseamento, primeira operação censitária realizada no território brasileiro na época imperial, foi possível acessar com mais precisão dados mais detalhados sobre a população da época. Informações quanto a sexo, raça, estado civil, religião, alfabetização, condição (escravo ou livre), nacionalidade e profissão foram organizadas a partir de paróquias e permitiram que fosse traçado um perfil de cada município a partir da origem e da condição de seus habitantes.

Além deste objetivo procuramos discutir a Geografia Histórica como campo de investigação, tendo a periodização como parte metodológica para este fim, bem como a operacionalização da categoria formação socioespacial para explicar eventos ocorridos em localidades sul-mineiras no período, como a migração e a divisão social do trabalho, destacando também o trabalho de homens e mulheres escravizados.

Para alcançar os objetivos propostos foi feita uma revisão da literatura sobre as principais categorias, conceitos e eventos aludidos no presente texto. Revisitamos a categoria formação socioespacial e os conceitos de periodização, migração, divisão social do trabalho e uso do território. Também consultamos como fonte de dados o recenseamento de 1872, além de outros escritos que nos forneceram informações que nos pudessem auxiliar na caracterização do objeto estudado, dos conceitos operacionalizados e da realidade espacial pretérita.

O presente escrito está dividido em quatro etapas. A primeira consiste numa breve apresentação do que estuda a Geografia Histórica, aludindo à periodização proposta por Santos e Silveira (2005) para este fim. A segunda discorre sobre aspectos da capitania de Minas Gerais na formação socioespacial brasileira a partir da descoberta do ouro e seus desdobramentos. Valorizou-se o papel da técnica nesse processo de mudanças. A terceira parte faz uma breve contextualização da formação territorial e populacional de unidades municipais sul-mineiras, bem como do desenvolvimento da agricultura regional e das trocas migratórias. Por fim, o quarto tópico apresenta detalhes sobre a migração interna e internacional, a divisão social do trabalho e o uso do território nas localidades estudadas.

---

## 2. GEOGRAFIA DO PASSADO E PERIODIZAÇÃO

Pesquisas no âmbito da Geografia Histórica têm sido ampliadas cada vez mais no Brasil nas últimas décadas. Investigar nessa área do conhecimento envolve a recomposição de eventos ocorridos no passado e seus desdobramentos espaciais pretéritos e atuais. Para Santos e Silveira (2005), torna-se necessário entender o passado para explicar a utilização do território no presente, tendo em vista que as configurações atuais são reflexos do passado.

Os autores citados acima desenvolveram uma proposta de análise para que o pesquisador consiga desenvolver um entendimento mais amplo de espacialidades pretéritas. Trata-se de uma periodização baseada no uso da técnica desde tempos remotos pelos sujeitos históricos e demais agentes que organizam o espaço geográfico. Santos e Silveira (*idem*) dividem a formação territorial do Brasil em períodos: o período do meio natural, o período do meio técnico, o período do meio técnico-científico e o período do meio técnico-científico informacional.

O primeiro recorte temporal é marcado pelo não enriquecimento das técnicas, que são muito empobrecidas e vulneráveis. Nesse período a natureza, indireta ou/e diretamente, comandava as ações dos indivíduos.

Diversos instrumentos do trabalho e formas de fazer, lentamente elaborados, terão concorrido para a realização, aqui, de uma fase basilar da história do homem, isto é, a domesticação de plantas e animais. O despontar da agricultura foi também sinônimo de desmatamento. Todavia, esse processo não significou a implementação de próteses nos lugares, mas sim a imposição à natureza de um primeiro esboço de presença técnica, pois ritmos e regras humanas buscavam sobrepor-se às leis naturais (SANTOS & SILVEIRA, 2005, p. 29).

Já o período do meio técnico se caracteriza pelo aprofundamento das ações humanas sobre a natureza – assim, a dinamicidade entre os lugares começa a se intensificar e a desenvolver a formação de um conglomerado populacional, por exemplo. As técnicas nesse processo consistem em contemplar as necessidades desenvolvimentistas do globo e do local, além de criar novas formas sobre o trabalho morto.

A produção em cada lugar é o motor do processo, porque transforma as relações do todo e cria novas vinculações entre as áreas. Distribuído no território ao sabor do trabalho morto, isto é, dos lugares já organizados para uma dada produção, o trabalho vivo organiza-se sob novas formas de produção e circulação, e desse modo uma nova divisão social do trabalho se impõe à preexistente. Mais tarde, a invenção e difusão das máquinas e a elaboração de formas de organização mais complexas permitiram outros usos do território. Novas geografias desenham-se, sobretudo a partir da utilização de prolongamentos não apenas do corpo do homem (e da mulher), mas do próprio território, constituindo verdadeiras próteses (pp. 30-31).

No caso dos períodos do meio técnico-científico e do meio técnico-científico informacional, os autores consideram não haver uma ruptura entre eles, daí se poder considerá-los como sendo um grande período. O meio técnico-científico é impulsionado por eventos que giram em torno de conflitos entre localidades, entre regiões, com destaque para embates entre nações, já que o conhecimento científico se amplia durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, por exemplo.

Com a evolução da ciência e da tecnologia, os homens e as mulheres conseguem ter acesso à informação cada vez mais rápido e de um modo totalmente globalizado, onde é possível que países com milhares, milhões de quilômetros de distância se informem sobre eventos/acontecimentos ocorridos cotidianamente fora de sua formação socioespacial. Este período da difusão global da informação, da tecnologia e da ciência se denomina, para Santos e Silveira (*idem*), meio técnico-científico informacional.

Como vimos, a periodização proposta acima é interpretada como uma possibilidade de recompor o passado considerando uma escala temporal que abarque a formação socioespacial de cada país desde os usos passados do território. A recomposição de uma Geografia Histórica brasileira é uma tarefa grandiosa e que exigirá um esforço também grandioso, mesmo que muito já tenha sido feito por geógrafos e geógrafas que atuam nesse campo do conhecimento.

O presente escrito, como já mencionado, é um esforço inicial de interpretação pretérita de localidades sul-mineiras em um dos períodos propostos por Santos e Silveira (2005), mas que sem dúvida constitui peça importante na recomposição de uma Geografia Histórica sul-mineira, mineira e brasileira. Nesse sentido, concordamos com Abreu (2000), para o qual “a empiricização do tempo também pode ser feita a partir de um corte sincrônico” (p. 20). Ou seja, é possível uma reconstrução sincrônica sobre o uso do território por homens e mulheres de localidades sul-mineiras na segunda parte do século XIX, mas sem perder de vista que passado, presente e futuro constituem uma totalidade temporal indivisível.

### **3. FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA E DESDOBRAMENTOS DA DESCOBERTA DO OURO EM MINAS GERAIS**

O projeto de colonização do Brasil encabeçado por Portugal foi responsável por uma dinâmica demográfica até então desconhecida na *Terra Brasilis*, embora seu meio natural já fosse utilizado mais de treze mil anos antes pelos povos originários (GUIDON & ANDREATTA, 1980; GUIDON, 1981). A chegada dos portugueses em 1500 resultou em diferentes interações (econômicas, técnicas, populacionais e de saberes etc.) entre a

península Ibérica e formações socioespaciais que compunham o que hoje denominamos Europa e África.

Ao pensar nesse conjunto de interações em geral e nos fluxos populacionais em particular, torna-se necessário buscar compreender os eventos que os impulsionaram e como isto se refletiu na formação socioespacial brasileira. No que se refere à dinâmica populacional, não somente as trocas populacionais precisam ser consideradas na dinâmica das formações socioespaciais, mas também a distribuição populacional, que não possui papel neutro nesse processo de construção de um país (SANTOS, 1977).

Partimos da ideia de que o projeto colonizador português moldou tanto a formação espacial de Portugal quanto a do Brasil. Optamos por discutir neste escrito a categoria *formação socioespacial* elaborada por Santos (1977) tendo por base o conceito de *formação econômica e social* proposto por Marx e retrabalhado por Lenin.

Santos (*idem*) buscou aproximar a Geografia de uma explicação marxista da realidade. Considerando o universo conceitual elaborado pelo autor, a formação socioespacial, enquanto categoria, permite explicar o espaço geográfico, definido como um conjunto indissociável de sistema de objetos e de sistemas de ações que não devem ser considerados isoladamente, mas como quadro único do modo como a história se dá (SANTOS, 2006).

Destacamos que os conceitos/categorias em questão, embora permitam a explicação da realidade material, histórica e dialeticamente, possibilitam também explicar dimensões distintas dessa mesma realidade. Enquanto para Marx e Lênin essa explicação se constrói tendo por base eventos econômicos e sociais de uma determinada sociedade, Santos buscou evidenciar a dimensão espacial dessa mesma sociedade, uma vez que não há sociedade a-espacial. Ainda conforme o geógrafo baiano:

O interesse dos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução. O estudo genético permite reconhecer, a partir de sua filiação, as similaridades entre F.E.S.; mas isso não é suficiente. É preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da F.E.S., a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações (SANTOS, 1977, p. 84).

Dessa maneira, a recomposição de eventos populacionais e econômicos de localidades sul-mineiras no último quartel do século XIX, ou seja, a reconstrução de aspectos de uma realidade demográfica e econômica dessas unidades municipais precisa ser interpretada como a produção de uma Geografia Histórica de frações espaciais da formação socioespacial brasileira, interpretada por nós como uma totalidade. Ou seja, os

eventos e a dinâmica que serão apresentados e discutidos abaixo são concebidos como uma particularidade e como um determinado momento do todo que é o Brasil então em formação.

A recomposição de uma Geografia pretérita de uma totalidade ou frações dessa totalidade também pode ser realizada considerando as técnicas produzidas e utilizadas por sujeitos e agentes que usam o território no recorte espacial e temporal em análise. Para o geógrafo baiano (*idem*), existe uma mundialização das técnicas, porém o seu adentramento nas formações socioespaciais é único e ocorre em diferentes momentos nos quais a integração técnica é abstraída de acordo com necessidades de grupos e interesses diversos em escalas específicas.

Um exemplo do adentramento de um novo conjunto de técnicas, ainda que simples, na formação socioespacial brasileira ocorreu com a exploração de ouro em localidades na capitania de Minas Gerais, descoberto no final do século XVII. O processo de formação de Minas Gerais foi se consolidando com a descoberta de minas de ouro existentes na capitania. Esse acontecimento gerou a instauração do período pré-técnico nesse recorte espacial (LEAL, 2022), produzindo transformações socioespaciais nas Minas como a criação e/ou consolidação de caminhos para localidades no litoral, além de condicionar a transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro (PORTO, 2014).

Como se observa na Figura 1, decorrido aproximadamente um século da descoberta e extração do ouro na capitania mineira, já se observavam elementos que representavam uma tênue tecnificação do território. A presença de caminhos e assentamentos humanos (vilas, paróquias, fazendas e capelas), bem como a divisão do território em comarcas (Sabará, Serro Frio, Vila Rica e Rio das Mortes) e os limites entre capitanias vizinhas (Goiazes, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro), indica o início da inserção da capitania ou partes dela no período dos *meios técnicos*.



**Figura 1** - Mapa da capitania de Minas Gerais (1793).

**Fonte:** Biblioteca Pública Municipal de Porto, 1793.

De acordo com Leal (*idem*), o ciclo do ouro e a descoberta de diamantes trouxeram alguns conflitos provinciais para a colônia portuguesa:

A intensificação da extração do ouro e o encontro de diamantes promoveram uma série de consequências para o território recém-formado. Os conflitos territoriais foram as primeiras consequências do encontro das jazidas, pois os representantes das capitânicas da Bahia, São Paulo e Goiás passaram a reivindicar as terras auríferas (p. 65).

Ainda de acordo com Leal (*ibidem*), foi a Guerra dos Emboabas (1708-1709) que consolidou ainda mais a divisão política das capitânicas:

A Guerra dos Emboabas foi resultado dos conflitos de paulistas com imigrantes nordestinos e portugueses. Tal guerra foi vencida pelos nordestinos e pelos portugueses, com o apoio da Coroa. A consequência dessa guerra foi o controle

político sobre a região, a divisão da Capitania e o controle sobre caminhos e povoações (p. 65).

A rapidez do desenvolvimento populacional da capitania fluía rapidamente devido à exploração aurífera que se dava no território mineiro, ocasionando um problema de distribuição de produtos e mercadorias (LEAL, 2022). Com esses problemas, soluções rápidas eram buscadas, como a solicitação de ordenamento territorial, a divisão de trabalho e o enfrentamento do problema de abastecimento por meio do provimento de alimentos em forma regular de mercado de gêneros (MATOS, 2019).

Na primeira metade do século XVIII, grandes quantidades de ouro eram extraídas de cidades mineiras como Mariana, Ouro Preto, Tiradentes e São João del-Rei, o que deu à Capitania um destaque econômico na Colônia. Esse destaque diminuiu com o declínio da produção aurífera por volta de 1750, mas a economia voltou a crescer quando o café se tornou, no século XIX, uma atividade rentável e a principal cultura da província (DAVI & PORTO, 2021). A cultura do café acabou por condicionar mudanças significativas em Minas, atraindo migrantes e demandando novas infraestruturas, como a chegada da ferrovia no Sul de Minas, por exemplo.

#### **4. CONTEXTUALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DE MUNICÍPIOS SUL-MINEIROS**

As terras correspondentes ao atual Sul de Minas eram habitadas antes do processo de colonização lusitana por povos de língua macro-jê que viviam no período dos *meios naturais*, considerando a periodização proposta por Santos e Silveira (2005). Nesse período, como já mencionado, a natureza direcionava os primitivos usos do território tanto para eles quanto para os colonizadores. Estes, bem como seus descendentes, passaram a povoar com maior intensidade esse recorte regional com o declínio da mineração na área central da capitania.

Esse processo de fixação de assentamentos humanos foi acompanhado por bandeirantes paulistas, responsáveis por “abrir” e “consolidar” caminhos na região, conforme Stefani (2016), bem como pela chegada de migrantes nordestinos, que desde então já procuravam melhorias de suas condições de vida fugindo da seca. Isso resultou, na primeira metade do Setecentos, na criação de arraiais e vilarejos como os de Aiuruoca (1706), Campanha (1720) e Baependi (1745), e mais tarde de outros assentamentos populacionais.

Em muitos casos os cursos de água tiveram papel estratégico na localização desses assentamentos, como, por exemplo, a formação territorial de Pouso Alegre, cujo início do

povoamento ocorreu no entorno do rio Mandu, um dos afluentes do Sapucaí. Segundo Frejat (1959), a formação de Pouso Alegre se deu com a chegada de um viajante, João da Silva, que ali se instalou e chamou a localidade que ali se formara de “Arraial do Bom Jesus de Matosinho do Mandu”, que posteriormente passou a se chamar Senhor Bom Jesus de Pouso Alegre.

Em relação ao uso econômico passado da região, sabe-se que esse recorte espacial já era conhecido no século XVIII pelo desenvolvimento de atividade agropastoril (DAVI & PORTO, 2021) e no século XIX pelo desenvolvimento da cultura cafeeira (CASTILHO, 2009). Ainda nesta última centúria, localidades que hoje se situam no Sul de Minas passaram a destacar-se no contexto provinciano pela exportação de produtos que abasteciam a corte no Rio de Janeiro (PASCOAL, 2007). Ou seja, no Oitocentos tornam-se mais robustos os laços comerciais entre o Sul de Minas e o Rio de Janeiro, mostrando que decisões e demandas produzidas a dezenas de quilômetros já impactavam na organização espacial da produção, bem como que a economia regional já estava inserida no circuito comercial regional e interprovincial

De uma maneira geral, pode-se afirmar que a participação do Sul de Minas,

[...] na pretérita divisão territorial do trabalho interna somente foi possível graças às condições climáticas e hidrográficas favoráveis à realização da atividade agropecuária. Naquele tempo-espaço, as atividades que apresentavam maior destaque eram a produção de arroz, milho, feijão, fumo, carne salgada e queijos e a criação de gado bovino e suíno. Mais tarde, no século XIX, foi inserida a cafeicultura na região, condicionando novas práticas e processos na dinâmica produtiva e na vida social como um todo (DAVI & PORTO, 2021, p. 26).

Neste contexto, ainda no Oitocentos, o projeto de criação de ferrovias vai impactar a vida de relações entre localidades regionais e outras situadas para além do eixo Sul de Minas–Rio de Janeiro. Este é talvez o marco que insere a região no período dos *meios técnicos*, embora já houvesse muitas estradas de terra utilizadas para o transporte de pessoas, animais e cargas.

Segundo Castilho (2012),

Minas e Rio foi a primeira estrada férrea a penetrar o Sul de Minas e ainda teria um prolongamento pelo vale do rio Verde até atingir seu ponto terminal em Juréia, em 28 de agosto de 1908, onde se entroncou com a Estrada de Ferro Mogiana (p. 51).

Ainda de acordo com Castilho (2012), baseando-se em Pimenta (2003),

Esta ferrovia, de 170 quilômetros de extensão, tinha início na estação de Cruzeiro e passava por outras oito estações: Itanhandu, Pouso Alto, Fazendinha (Carmo de Minas), Soledade, Contendas (Conceição do Rio Verde) e Três Corações (p. 51).

E no entorno dela “se poderia obter vários produtos, pois haveria áreas apropriadas para o pasto, cultura do café, açúcar arroz etc.” (DAVI, 2017).

De maneira geral, pode-se afirmar que no final do século XIX o Sul de Minas já possuía um sistema ferroviário funcionando e ampliando os usos econômicos e políticos do território. A cidade de Alfenas, por exemplo, era uma das localidades que desde 1897 já era servida pelos trilhos com a inauguração de uma estação no distrito de Gaspar Lopes. Em 1928 foi inaugurada uma estação no centro da cidade, facilitando assim maior integração da localidade à rede ferroviária regional.

Além de Alfenas, os trilhos também chegaram a outras localidades, como Três Corações (1884), Itajubá (1891) e Pouso Alegre (1895). Além de essas linhas férreas ampliarem as trocas comerciais entre as unidades municipais e outras frações de territórios mais distantes, elas também dinamizaram o comércio em cada localidade. É possível que a diversidade de produtos comercializados tenha sido ampliada, a exemplo do número de consumidores. É provável também que a regulamentação pelo Estado da feira de gado em Três Corações a partir de 1898 tenha sido um reflexo da chegada da ferrovia em 1884 (PORTO, 2021).

Esse conjunto de mudanças pode ser considerado, dentro de um conjunto de eventos, como um reflexo e condição da divisão social do trabalho e das trocas migratórias entre localidades regionais e de outras localidades da capitania, bem como de outras unidades políticas e mesmo de outras formações socioespaciais. Nesse escopo, cabe destacar o papel de homens e mulheres escravizados na dinamização da economia regional, uma vez que o Sul de Minas era uma das regiões com maior presença de escravizados da província antes de 1888.

## **5. MIGRAÇÃO, DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO E USO DO TERRITÓRIO EM LOCALIDADES SUL-MINEIRAS**

A dinâmica populacional, junto a eventos políticos e econômicos, vem contribuindo de maneira decisiva para a formação socioespacial brasileira. Com o início da colonização no século XVI, o processo de concentração de pessoas vai se intensificando e ampliando cada vez mais no país.

De acordo com Damiani (1991), as variáveis da dinâmica populacional (natalidade, migração e mortalidade) podem auxiliar na explicação da realidade social. Segundo a autora,

Variações sutis, como dados sobre mortalidade diferencial - segundo a idade e a camada social ou profissional; mortalidade infantil; migrações internacionais e internas, permanentes e temporárias etc. Tal detalhamento pode revelar mais profundamente os fenômenos considerados, esclarecer diferenciações sociais de sua incidência ou destacar suas variações em diferentes momentos. Por exemplo, o momento de predominância das migrações internacionais e aquele das migrações internas (p. 28).

Assim, se por um lado a análise dos componentes da dinâmica populacional contribui para explicar o funcionamento da sociedade, por outro há necessidade de buscar respostas para explicar o comportamento desses componentes. No caso da migração, tem-se procurado explicar o porquê de homens e mulheres terem se movimentado no espaço geográfico desde o seu surgimento no continente africano. Cabe ainda ressaltar que a mobilidade de pessoas para uma determinada unidade territorial pode ser impulsionada por eventos que não ocorrem num mesmo momento em todo o globo, e que por isso ela também pode ocorrer em momentos distintos dentro de uma determinada formação socioespacial ou regional, como é o caso das localidades sul-mineiras.

Como se observa no Quadro 1, são múltiplos os condicionantes da migração; eles mudam ao longo do tempo e vão desde aspectos que caracterizam o indivíduo migrante aos de ordem estrutural das sociedades de origem e de destino. Esses condicionantes foram listados por Porto (2014) ao interpretar autores que se debruçaram sobre o tema em diferentes contextos temporais e espaciais.

Considerando os condicionantes listados acima e entendendo que o movimento de homens e mulheres no espaço geográfico ocorre de maneira dialética entre os acontecimentos do mundo, da formação socioespacial brasileira e do Sul de Minas, inferimos que a presença de estrangeiros nas localidades sul-mineiras no período em questão esteve ligada, entre outros fatores, ao desenvolvimento do transporte marítimo entre localidades europeias e brasileiras e o transporte terrestre entre portos brasileiros e localidades interioranas, às transformações impostas pelo modo capitalista de produção naquele momento e de certa maneira ao sonho de muitos estrangeiros de melhorar suas vidas noutra formação socioespacial.

Como se observa na Tabela 1, havia imigrantes estrangeiros em todas as localidades estudadas. Itajubá era o município que possuía uma quantidade mais expressiva de estrangeiros (579), seguido por Alfenas (470), Pouso Alegre (312), Poços de Caldas (164) e Varginha (116). Também podemos observar uma diferença considerável em relação à presença de estrangeiros segundo o gênero, em que homens eram minoria em todos os municípios estudados.

**Quadro 1:** Fatores determinantes da migração.

<b>Autores</b>	<b>Fatores</b>
Ravenstein	Melhoria das estradas, facilidades oferecidas pelo sistema de transporte ferroviário, desenvolvimento da marinha mercante, hábito de viajar, crescente educação dos trabalhadores, posição geográfica dos lugares e suas características econômicas (comércio e indústria).
Lee	Associados ao local de origem e ao local de destino; obstáculos intervenientes (distância, barreiras físicas), fatores individuais, redes sociais (amigos, parentes).
George	Mobilidade da força de trabalho (vinculado às demandas do sistema socioeconômico), o papel da família, motivação econômica, fatores políticos.
Beujeau-Garnier	Fatores econômicos, redes sociais, rede de transporte e comunicação, condições naturais, fatores históricos, cultura migratória, fome, descontentamento econômico, fatores psicológicos, fantasias construídas sobre local de destino, descoberta de novos recursos.
Singer	Fatores estruturais (deslocamento de atividades no espaço, crescimento diferencial da atividade em lugares distintos); os motivos individuais manifestam-se no quadro geral de condições socioeconômicas.
Damiani	Ligados à expropriação e concentração da propriedade e exploração do trabalhador.
Matos	Fatores objetivos e subjetivos; os primeiros relacionados às questões econômicas (fatores infraestruturais); distância geográfica, dentre outros.

**Fonte:** Porto (2014).

Como se observa na tabela 2, em relação à população estrangeira os municípios com maior população não nacional e escrava eram, respectivamente: Itajubá, com 522 habitantes; Alfenas, com 343; e Pouso Alegre, com 205. Podemos observar que a maioria dos estrangeiros identificados como escravizados era formada por homens. Os homens livres também predominavam em relação às mulheres na mesma condição, à exceção de Itajubá, onde havia mais mulheres que homens.

**Tabela 1:** População nacional e estrangeira de Alfenas, Itajubá, Poços de Caldas, Pouso Alegre e Varginha (1872).

Município	Mulheres Brasileiras	Homens Brasileiros	Total	Mulheres Estrangeiras	Homens Estrangeiros	Total	Total Geral
Alfenas	12.310	12.525	24.835	168	302	470	25.305
Itajubá	10.988	11.695	22.683	178	401	579	23.262
Poços de Caldas	6.614	7.020	13.634	52	112	164	13.798
Pouso Alegre	10.801	10.891	21.692	90	222	312	22.004
Varginha	3.499	3.580	7.079	37	79	116	7.195

**Fonte:** IBGE, 1872; CEDEPLAR, 2017.

Outro aspecto relevante a ser considerado, e que não pode ser revelado nesta tabela, é a presença de pessoas escravizadas na condição de estrangeiras, identificadas durante a realização do recenseamento de 1872. É provável que esse grupo de pessoas tenha nascido na África e tenha sido trazido de maneira forçada ao Brasil. Ou seja, havia, na data de realização do recenseamento, homens e mulheres escravizados que nasceram no continente africano.

A tabela 3, que retrata o perfil dos estrangeiros nas unidades territoriais estudadas, revela que a maior parte deles veio de Portugal. O município com presença mais expressiva era Itajubá, com 143 migrantes, seguido por Alfenas, com 127, e Pouso Alegre, com 107.

**Tabela 2:** População estrangeira, escrava, livre e por gênero de Alfenas, Itajubá, Poços de Caldas, Pouso Alegre e Varginha (1872).

Municípios	Mulheres Escravas	Homens Escravos	Total de Escravos	Mulheres Livres	Homens Livres	Total de Livres	Total
Alfenas	165	178	343	3	124	127	470
Itajubá	200	322	522	10	7	17	539
Poços de Caldas	50	86	136	2	26	28	164
Pouso Alegre	70	135	205	20	33	53	258
Varginha	29	52	81	8	27	35	116
Total	514	773	1.287	43	217	260	1.547

Fonte: IBGE, 1872; CEDEPLAR, 2017.

**Tabela 3:** Migrantes estrangeiros em Alfenas, Itajubá, Poços de Caldas, Pouso Alegre e Varginha (1872).

Municípios	Africanos	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Outras nacionalidades	Total
Alfenas	7	66	21	9	24	127
Itajubá	15	93	21	10	4	143
Poços de Caldas	3	18	6	1	-	28
Pouso Alegre	53	32	13	2	7	107
Varginha	21	14	-	-	-	35
Total	99	223	61	22	35	440

Fonte: IBGE, 1872; CEDEPLAR, 2017.

Ao organizar os dados sobre os estrangeiros nesta categoria do recenseamento, o CEDEPLAR não adicionou o total de pessoas escravizadas, considerando-as como uma categoria à parte. Desse modo, acreditamos que os migrantes africanos que aparecem na tabela – por exemplo, 53 em Pouso Alegre, 21 em Varginha, 15 em Itajubá, 7 em Alfenas e 3 em Poços de Caldas – já tinham conseguido a liberdade e, portanto, não eram mais escravizados. Em relação à maior presença de portugueses, acredita-se que esse fato estava ligado a uma inércia da migração lusitana para o Brasil, iniciada no século XVI. O destaque, ainda que menor, de italianos pode ser considerado um reflexo do começo de chegada e interiorização desse grupo no Brasil já nos Oitocentos.

A migração interna sempre esteve presente na formação socioespacial brasileira. Localidades sul-mineiras já registravam presença robusta de migrantes internos desde o século XIX. Como se observa na tabela 4, São Paulo foi a segunda província mais expressiva a fornecer migrantes para localidades sul-mineiras, seguido pela Bahia e pelo Rio de Janeiro. Enquanto em Alfenas predominavam migrantes da Bahia (224), e em Pouso Alegre, Itajubá e Poços de Caldas eles vinham de São Paulo (respectivamente 136, 105 e 83), em Varginha destacava-se um grupo procedente do Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que nas unidades municipais em questão residiam moradores que nasceram em outras localidades da província mineira, mas o recenseamento não informou o seu local de origem. Ou seja, a população de Alfenas, contabilizada na época como perfazendo 24.367, era formada por pessoas que nasceram no município, em outros municípios da Província, do Império e em outras formações socioespaciais.

**Tabela 4:** Migrações internas para Alfenas, Itajubá, Poços de Caldas, Pouso Alegre e Varginha (1872).

Unidades Territoriais	Minas Gerais	São Paulo	Bahia	Rio de Janeiro	Paraná	Outras	Total
Alfenas	24.367	165	224	40	-	39	24.835
Itajubá	22.497	105	38	27	4	12	22.683
Poços de Caldas	13.521	83	7	20	3	-	13.634
Pouso Alegre	21.368	136	51	123	3	11	21.692
Varginha	6.977	23	11	58	-	10	7.079
Total	88.730	512	331	268	10	72	89.923

Fonte: IBGE, 1872; CEDEPLAR, 2017.

Migrantes ou não, pessoas escravizadas ou livres, o fato é que a população recenseada em 1872 nas unidades municipais em questão estava de uma maneira direta ou indireta envolvida com o uso econômico do território sul-mineiro no período. Já havia uma expressiva divisão social do trabalho e uma nascente divisão territorial do trabalho, respondendo ambas às demandas do modo de produção econômico hegemônico.

No que se refere à dinâmica econômica, observa-se que o recenseamento de 1872 evidencia que Minas Gerais já possuía uma economia e uma divisão social do trabalho bastante diversificada, apesar de sustentada principalmente pela agricultura de subsistência voltada para o autoconsumo e o mercado interno. Apesar de ainda bastante dependente do mercado escravo, é possível perceber uma presença significativa de trabalhadores livres. As categorias mais expressivas que compunham o nascente mercado de trabalho eram compostas por profissionais liberais, capitalistas e proprietários, profissionais industriais e comerciais, costureiras, operários, lavradores, trabalhadores no serviço doméstico ou pessoas sem profissão, entre outros.

No caso de Alfenas, podemos observar a existência de uma pequena parcela de capitalistas e proprietários, bem como pessoas de outras profissões, que demandavam maior tempo de educação formal. As costureiras, por exemplo, compunham uma categoria formada somente por mulheres, com uma presença bastante marcante na economia local, totalizando 2.662 trabalhadoras entre livres e escravas. Entre os lavradores, a divisão entre homens e mulheres era relativamente igualitária, representando uma presença significativa na economia alfenense. As pessoas consideradas sem profissão compunham 10.797 dos contabilizados.

Itajubá exercia um papel assaz importante na economia agrícola, contabilizando 5.898 lavradores entre homens e mulheres livres e escravizados. Capitalistas e proprietários representavam uma pequena parcela, contabilizando 7 pessoas. As costureiras, mais uma vez representadas somente pelas mulheres, compunham um grande grupo de 1.959 pessoas. Nessa cidade o serviço doméstico era caracterizado, também, pela presença masculina, contabilizando 321 homens; já as mulheres chegavam a 2.465. Médicos, professores e profissionais voltados para o direito representavam uma parcela pequena da população e eram compostos somente por homens. Os sem profissão contabilizavam 9.969 pessoas.

Poços de Caldas, assim como os outros municípios, também apresentava uma grande presença de lavradores. O que chama a atenção é a grande quantidade de criados e jornaleiros, contabilizando 1.563 homens. O serviço doméstico também tinha grande

importância, contabilizando 2.359 profissionais, entre homens e mulheres. Os sem profissão contabilizavam 4.764 pessoas.

Pouso Alegre ocupava uma posição mais expressiva em relação aos outros municípios quando se trata da categoria capitalistas e proprietários, contabilizando 215 pessoas. Os lavradores também eram parte muito importante da economia local, representados por 7.018 profissionais. O serviço doméstico, composto por 4.720 profissionais, era uma das categorias mais relevantes na economia pousoalegrense. As consideradas sem profissão contabilizavam 5.845 pessoas.

Varginha não possuía capitalistas e proprietários e era composta por pouquíssimos profissionais liberais. As categorias profissionais mais expressivas eram lavradores, costureiras e trabalhadores manuais em tecidos. A presença feminina entre os trabalhadores era a mais evidente entre os municípios analisados. Os sem profissão contabilizavam 2.823 pessoas.

Os dados discutidos acima, conjugado à conjuntura da província e do império naquele momento evidenciam que a situação da população escravizada ainda estava muito presente nos municípios estudados, apesar da quantidade de trabalhadores livres em áreas diversas.

[...] São as condições de fronteira aberta da situação fundiária existente em Minas, aliada à presença de um expressivo campesinato, os responsáveis pela utilização do escravo no trabalho. Sem a possibilidade de utilizar os trabalhadores livres, não restava alternativa aos proprietários que não a utilização do braço cativo (PASCOAL, 2007, p. 271).

Elementos não econômicos, como a desigualdade entre homens e mulheres e de raça, também podem ser levados em consideração como uma das formas de compreensão da vida social, além, é claro, da dificuldade de acesso à terra por parte da população pobre e escravizada.

As questões tratadas acima mostram que o território usado é uma categoria central para o estudo das formações socioespaciais, pois leva em conta a divisão social e territorial do trabalho, o valor dado à natureza como recurso, a ação dos sujeitos geográficos e históricos e o papel da técnica na transformação do espaço e da sociedade. O uso do território se dá a partir das dinâmicas dos lugares. O lugar é onde Santos (1999) propõe como sendo o espaço do acontecer solidário, em que essas solidariedades vão definir os usos e os valores: culturais, econômicos, sociais etc.

Essa idéia de território usado, a meu ver, pode ser mais adequada à noção de um território em mudança, de um território em processo. Se o tomarmos a partir de seu conteúdo, uma forma-conteúdo, o território tem de ser visto como algo que está em processo. E ele é muito importante, ele é o quadro da vida de todos nós, na sua dimensão global, na sua dimensão nacional, nas suas dimensões intermediárias e

na sua dimensão local. Por conseguinte, é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos. Ele tem de ser visto – e a expressão de novo é de François Perroux – como um campo de forças, como o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos. Esta última questão, hoje fundamental, refere-se à dissonância entre os usos econômicos e os usos sociais dos mesmos recursos, ou à possibilidade de produzir recursos. (SANTOS, 1999, p.19-20).

Os territórios sul-mineiros usados no período em tela estavam passando por um conjunto de mudanças. No campo populacional, especialmente após a intensificação do debate acerca da abolição da escravidão, é provável que se tenham gerado conflitos políticos e sociais nas localidades, como estava acontecendo na capital imperial e em capitais de províncias. A gênese de uma moderna divisão social do trabalho surgiu num momento de enfrentamento de forças políticas e econômicas, havendo a ascensão de um novo tipo de mercado, de novas demandas comerciais e de novos perfis de trabalhadores. A aprovada Lei de Terras (1850), o branqueamento da população através de políticas de governo e o incentivo à migração de estrangeiros europeus fizeram com que novos arranjos socioespaciais fossem criados.

A partir da discussão realizada acima, percebe-se que o crescimento de assentamentos humanos (criação de vilas e cidades), a inserção de um novo modo de vida e as modificações técnicas nas fazendas, como o início do cultivo do café nas localidades em questão, são fatores que modificaram o uso do território pelos homens e mulheres que ali residiam. É importante ressaltar que a alteração dessa forma-conteúdo não passou a fazer parte do espaço geográfico de forma igualitária em todo o Sul de Minas.

A forma-conteúdo tratada acima, e que precisa ser considerada ao se abordar o conceito de território usado, pode ser entendida como cidades, propriedades rurais, por exemplo, e o conteúdo, interpretado como sendo a vida (a função) que as animavam. Essa relação forma-conteúdo pode ser exemplificada também pela inserção do sistema ferroviário na região, haja vista que a inserção de uma nova forma de transportes produziu novos conteúdos, promovendo mudanças na utilização do território local até então nunca vistas.

A chegada dessas mudanças também impactou a divisão social do trabalho, proporcionando uma nova formulação no perfil dos trabalhadores, haja vista que com a mudança de um período para o outro houve uma intensificação na produção agrícola, além do início de um aumento da escolarização da população local, o que gerou impactos no cotidiano das pessoas ali residentes.

Os eventos do passado, como o enfraquecimento do ouro nas Minas, o fim da escravidão, a independência do Brasil em 1822, entre outros, condicionou a dinâmica populacional e socioeconômica dessas localidades. Com essas conjunturas demográficas, econômicas e sociais, a pesquisa pôde identificar vestígios de embriões de conflitos entre diferentes grupos, como abolicionistas e não abolicionistas, entre homens e mulheres, entre não brancos e demais etnias, entre interesses de grupos locais, fazendeiros, políticos etc. A utilização dos recursos por trabalhadores rurais e outros profissionais também ocorreu de forma distinta, especialmente pela desigualdade de acesso às terras, escolarização, bens de consumo e marginalização social dos escravizados.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Buscou-se neste escrito continuar recompondo uma Geografia Histórica de localidades sul-mineiras no período do meio técnico observando as metamorfoses que estavam ocorrendo no Sul de Minas no Oitocentos. Nesse período, essas localidades estavam passando por transformações técnicas, econômicas e populacionais. Este conjunto de mudanças indicava transformações em curso na formação socioespacial brasileira, como o fim da escravidão, o advento da República, a chegada dos trilhos e o crescente processo de urbanização da sociedade, entre outros eventos. Daí a presença de estrangeiros nos municípios em análise se constituir como um evento que pode ser entendido como reflexo e condição desses processos.

A presença de 440 imigrantes estrangeiros nas localidades em foco indica, entre outros aspectos, uma considerável conexão entre estas e localidades europeias e africanas. A chegada de migrantes internos é um outro aspecto que denota ainda mudanças no uso do território nessas unidades municipais. Foram identificados já em 1872 cerca de 1.193 migrantes internos, homens e mulheres, vivendo nesses locais no momento de realização do recenseamento. A maioria veio de São Paulo (512), seguida pelos que migraram da Bahia (331). Alfenas se destacou no conjunto de municípios com maior número de migrantes (468).

No que se refere à divisão social do trabalho, identificou-se um perfil de trabalhadores em mudanças, uma vez que durante os debates acerca da abolição da escravidão sujeitos foram mantidos, mas também inseridos em novas lógicas de privilégios, especialmente os que hoje denominamos raciais, com criação de novas demandas de mercado.

A identidade agrícola do mercado de trabalho passou a receber novas referências, especialmente com o aumento da produtividade e o desenvolvimento de novas técnicas. A

divisão sexual do trabalho também ficou bastante evidente, especialmente se analisarmos as atividades realizadas no âmbito doméstico e as tidas como tarefas braçais. O trabalho feminino era predominantemente voltado para o cuidado do lar e do bem-estar, enquanto aos homens eram destinados os trabalhos braçais ou os que demandavam maior instrução formal.

Por fim, considera-se que a categoria formação socioespacial constituiu-se teórica e metodologicamente como basilar na recomposição de uma Geografia Histórica de localidades sul-mineiras, onde vestígios socioespaciais desses territórios foram considerados condição e produto do que ocorria na escala do Brasil e do mundo, ainda que estivéssemos tratando de eventos ocorridos no período técnico. Assim, a presença de migrantes nacionais e estrangeiros nas localidades em foco, a distribuição de homens e mulheres nas atividades produtivas dessas localidades e a chegada dos trilhos na região foram entendidos, juntamente com outras ocorrências, como eventos indicadores do que estava ocorrendo na formação socioespacial do Brasil.

## **REFERÊNCIAS**

ABREU, M. A. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **GEOUSP, Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 7, p. 13-25, 2000.

ANDRADE, A. E. N.; VALE, F. H. **Mercado Municipal de Pouso Alegre: O Cotidiano na Cidade**. Campinas: Pontes Editores, 2013. 100p.

ANDRADE, A. C. **Pouso Alegre (MG): Expansão Urbana e as Dinâmicas Socioespaciais em uma Cidade Média**. 2014. 300 f. Tese (doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2014.

CASTILHO, F. F. A. As estradas de ferro do Sul de Minas. **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada**, v. 7, n. 12, p. 43-63, 2012.

CORRÊA, M. S. **Teatro Municipal de Pouso Alegre-MG e sua Trajetória através do Tempo**. Pouso Alegre, 2015. 117p.

DAMASIO, H. G. **A Contribuição de Imigrantes Internacionais na Formação Territorial de Poços de Caldas e Varginha (MG) nos Séculos XIX e XX**. Relatório de Iniciação Científica (Geografia Licenciatura) – Instituto de Ciências da Natureza, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2021.

DAMIANI, A. L. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 1991. 110p.

DAVI, R. R. **Aspectos Geohistóricos e geoeconômicos de Alfenas e Minas Gerais entre o Final do Século XIX e Início do Século XX**. Relatório de estágio curricular obrigatório (Geografia, Bacharelado) – Instituto de Ciências da Natureza, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2017.

---

DAVI, R. R.; PORTO, G. C. S. Contribuição para a recomposição da geografia pretérita de Alfenas (MG): agentes, objetos e processos. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 33, p. 14-45, 2021.

FERMINO, L. H. C. **A Contribuição de Imigrantes Internacionais na Formação Territorial de Pouso Alegre e Itajubá (MG) nos Séculos XIX e XX**. Relatório de Iniciação Científica (Geografia, Bacharelado) – Instituto de Ciências da Natureza, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2021.

FREJAT, A. (coord.). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: Instituto brasileiro de Geografia e Estatística, 1959. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=227295&view=detalhes>>. Acesso em: 22 jun. 2022.

GUIDON, N. Las unidades culturales de São Raimundo Nonato, sudeste del estado de Piauí. In: BRYAN, A. L. (Org.). **El Poblamiento de América**. México: UISPP, 1981. p. 101-111.

GUIDON, N.; ANDREATTA, M. D. O sítio arqueológico Toca do Sítio do Meio, Piauí. **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, n. 3, p. 7-29, 1980.

IBGE. **Recenseamento do Brasil em 1872**. Rio de Janeiro: IBGE, 1872.

LEAL, L. **A Capitania de Minas Gerais no Período Colonial: Um Estudo a partir da Formação Socioespacial Brasileira**. 2022. 103 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências da Natureza, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2022.

LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Revista de Saúde Pública**, v. 8, p. 49-90, 1974.

LOURENÇO, F. V. **A Contribuição de Imigrantes Internacionais na Formação Territorial de Alfenas e Andradas (MG) nos Séculos XIX e XX**. Relatório de Iniciação Científica (Geografia, Licenciatura) – Instituto de Ciências da Natureza, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2021.

LOURENÇO, F. V. *et al.* Contribuição de imigrantes internacionais à formação territorial do Sul de Minas no final do século XIX. In: JORNADA CIENTÍFICA DA GEOGRAFIA. 6., Alfenas, 2021. Anais... Alfenas, 2021.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Difusão Editorial, 1985. 208p.

MATOS, R. Colonialismo, expansão capitalista e paisagens modernas na formação territorial de Minas Gerais. In: MATOS, R.; COSTA, A. (Orgs). **Luzes e Forjas: O Lugar da Modernização na Formação Socioespacial de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Quixote + Do Editoras Associadas, 2019.

MORAES, A. C. R. **Geografia Histórica do Brasil: Capitalismo, Território, Periferia**. São Paulo: Annablume, 2011. 160p.

---

PASCOAL, I. Economia e trabalho no sul de Minas no século XIX. **Economia e Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 259-287, 2007.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao Estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64p.

PORTO, G. C. S. **Evolução da Rede de Localidades Centrais na Bahia nos Séculos XIX e XX: Permanências, Complexidades e Amadurecimento**. 2014. 247 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

\_\_\_\_\_. Gênese e dimensões da rede de vilas e núcleos de ocupação na Bahia no setecentos. **GeoTextos**, v. 14, n. 2, p. 89-115, 2018.

\_\_\_\_\_. Patrimonialização, território usado e processo de registro da feira livre de domingo de Alfenas (MG) como bem cultural imaterial do município. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 31, n. esp. 2, p. 187-202, 2021.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, p. 81-100, 1977.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996. 136p.

\_\_\_\_\_. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, v. 13, n. 2, p. 15-26, 1999.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000. 176p.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Edusp, 2004 [1978]. 288p.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2006. 260p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005. 476p.

SILVA, M. W. Geografia e o estudo do passado. **Terra Brasilis**, n. 1, p. 1-17, 2012.

STEFANI, J. Sul de Minas na primeira metade do século dezenove: potencial de centralidade urbana e sua distribuição territorial. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 46. p. 424-446, 2016.

VASCONCELOS, P. A. Questões metodológicas na Geografia Urbana Histórica. **Geotextos**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 147-157, 2009.

Recebido: 01.08.2023

Aceito: 04.09.2023

**NOTAS**

1 O presente artigo é parte dos resultados do projeto de pesquisa intitulado *Dinâmicas territoriais e estratégias de adaptação e sobrevivência de imigrantes no Sul de Minas: um estudo de caso a partir dos haitianos em Andradas (MG)*. O projeto foi financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Os dados apresentados foram obtidos mediante pesquisa de Iniciação Científica realizada pelos discentes Flávia Vieira Lourenço, Henrique Gabriel Damásio e Leandro Henrique Cunha Fermino.

2 Em 1872 Poços de Caldas constituía uma freguesia do município de Caldas. Para este escrito foram contabilizados os dados de todo o município de Caldas.

3 Em 1872 Varginha constituía uma freguesia do município de Três Pontas denominada Paróquia Divino Espírito Santo de Varginha. Para este escrito foram contabilizados somente os dados da freguesia.